ISBN: 978-85-7846-440-0

O FINANCIAMENTO E O CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE IPIAÚ/BA

Ricardo Correia da Silva[1]

Temístocles Damasceno Silva[2]

Paulo José de Almeida Raimundo[3]

Allan Fernando Zardo da Silva[4]

Lucas Oliveira[5]

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar o financiamento e o controle social da política esportiva do município de Ipiaú/BA, no que se refere ao período de 2010 a 2013. Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Desse modo, concluiu-se que a falta de consonância entre o planejamento e a execução orçamentária bem como, a estruturação frágil e limitada do setor administrativo esportivo, colaboraram diretamente para a não efetivação de uma politica esportiva significativa no município investigado.

Palavras-chave: Esporte. Política. Financiamento. Controle Social. Ipiaú.

[1] Licenciado em educação física – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: millabarreto@gmail.com

[2] Discente do doutorado em educação física – Universidade Estadual de Maringá. E-mail: tom@uesb.edu.br

[3] Discente do curso de sistema de informação - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: jequiesaude@hotmail.com

[4] Discente do mestrado em educação física – Universidade Estadual de Maringá. E-mail: allan_fzs@hotmail.com

[5] Discente do curso de licenciatura em educação física – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: lucasoliveirajs@gmail.com

ISBN: 978-85-7846-440-0

1. INTRODUÇÃO

Pensar o Esporte e Lazer sobre o ponto de vista da gestão possibilita enxergar uma série de especificidades no campo das politicas públicas, as quais afetam diretamente a formatação e o organograma das estruturas organizacionais do sistema esportivo. Nesta perspectiva, acredita-se que a análise de tal configuração seja na esfera nacional, estadual ou municipal apresenta-se como um caminho significativo para compreender as particularidades que interferem no desenvolvimento do fenômeno em questão. Todavia, é preciso evidenciar a complexidade presente na execução deste estudo, haja vista que o setor traz uma histórica disputa entre diversos campos. Neste sentido, Athayde; Mascarenhas e Salvador (2015, p.4) relatam que: “a história do esporte no Brasil como objeto de políticas públicas caracteriza-se pela pouca atenção por parte do Estado”.

Nesta perspectiva, o esporte só passou a ser considerado um direito social a partir da promulgação da constituição federal de 1988, descrito no art. 217, o qual declara: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um [...]” (BRASIL, 1988). De acordo com o cenário descrito é notório as diversas influências e disputas de poder que envolve a gestão do setor esportivo. A partir deste contexto, surgir à curiosidade e o interesse de compreender como se configura o financiamento e o controle social da política esportiva do município de Ipiaú/BA.

2. OBJETIVOS

A presente pesquisa buscou analisar o financiamento e o controle social da política pública de esporte e lazer implementada no município de Ipiaú/BA. Para compreender esse processo, definiu-se como objetivos específicos: diagnosticar a configuração e abrangência dos direitos e benefícios da política esportiva local; identificar o financiamento e os gastos direcionados ao setor esportivo; analisar a gestão e o controle social da política esportiva implementada no município investigado.

3. METODOLOGIA

ISBN: 978-85-7846-440-0

Em relação ao procedimento metodológico, trata-se de uma pesquisa documental de caráter exploratório e abordagem qualitativa. A coleta e organização dos dados fundamentou-se na análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977). Para realizar a coleta de dados foram analisados documentos oficiais do referido município, compreendendo o período de 2010 a 2013: a Lei Orgânica (LO); o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e as leis ordinárias relacionadas ao tema. Logo, ao assumir uma análise de conteúdo com categorização apriorística, a presente pesquisa utilizou-se como base de definição das categorias, o modelo de análise da política proposto por Ivanete Boschetti (2009).

4. RESULTADOS

Ao observar a legislação municipal destinada ao setor esportivo, notou-se que o documento traz em sua natureza prerrogativas no sentido de buscar legitimar o esporte e lazer enquanto direito social. Ainda neste sentido, não existe obrigatoriedade legal de um investimento mínimo para o setor, comprometendo assim, o desenvolvimento do esporte e lazer no município investigado.

Em relação ao financiamento da política esportiva local constatou-se que o orçamento destinado ao setor em questão foi mantido através de recursos municipais. Ao mesmo tempo, pode-se diagnosticar que a maior parte do investimento foi destinado à implantação e modernização da infraestrutura esportiva, priorizando o futebol amador (IPIAÚ, 2009). Tal dado corrobora com Starepravo; Souza; Marchi Jr (2011, p. 234), quando relatam que a politica publica seria “apenas a parte mais visível de todo processo desenvolvido em espaço social específico, que comporta disputas, relações, alianças, decisões estratégicas e também não planejadas”.

Vale salientar que dos recursos disponibilizados para a secretaria de Ação Social e Desporto, apenas R$ 561.000,00 foram destinados ao esporte e lazer. Logo, R$ 468.400,00 foram direcionados para a implantação e modernização de infraestrutura local do esporte recreativo e de lazer e R$ 96.048,00 foram destinados a Liga Desportiva Regional, com vistas a participação no campeonato intermunicipal e na copa Bahia. Em adição, percebeu-se a

ISBN: 978-85-7846-440-0

ausência de mecanismos de controle e participação social efetiva nas ações de planejamento e avaliação das ações esportivas, caracterizando assim, uma politica de caráter unilateral e focal. Sendo assim, estas ações deveriam ser legalmente amparadas por um conselho específico, constituídos por representantes do segmento esportivo, possibilitando maior significado aos recursos aplicados pelo poder público (SILVA; COUTO; SANTOS, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da investigação foi possível concluir que o financiamento esportivo limitou-se a melhoria da infraestrutura local, repasses feitos a liga desportiva municipal e a atletas amadores. Desse modo, acredita-se que a ausência de pasta exclusiva para o setor e a ausência de uma garantia de um percentual mínimo obrigatório destinado à área sejam os principais desafios da política esportiva local. Ao mesmo tempo, torna-se necessária a materialização da gestão participativa no processo de planejamento e avaliação das ações esportivas.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. Rev. Bras. Ciênc. do Esporte. v. 37, nº 1, p. 2-10, 2015.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

IPIAÚ. Lei Nº. 1.955 DE 23 de dezembro de 2009. Dispõe Sobre o Plano Plurianual para o período 2010 A 2013. Disponível em: ≤www.camaradeipiau.ba.gov.br/≥. Acesso em 04 abr. 2017.

SILVA, T. D.; COUTO, A. M. S.; SANTOS, M. L. A. Análise da estrutura administrativa e financeira do esporte no município de Ipiaú/BA. Podium, v. 3, n. 3, p. 77, 2014.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; JUNIOR, W. M. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. Movimento, v. 17, n. 3, p. 233, 2011.